

AGÊNCIA BANCÁRIA COM ARQUITETURA SUSTENTÁVEL PARA A CIDADE DE CHAPECÓ/SC

Vinícius Alcides Bonan*

Thaíris de Sena Granzotto**

Resumo

O setor financeiro brasileiro cresceu e se desenvolveu muito nas últimas décadas. Devido ao avanço tecnológico nessa área, os exemplares arquitetônicos remanescentes da explosão bancária encontram-se defasados em relação às atividades desenvolvidas pelos bancos atualmente. Portanto, o objetivo deste trabalho é o desenvolvimento de uma pesquisa para fundamentar e elaboração de um anteprojeto arquitetônico, aliado à sustentabilidade, de uma agência bancária para o município de Chapecó (SC). Embasado em um referencial teórico onde se procurou pesquisar o histórico dos bancos, desde a sua origem até os dias atuais, as tipologias bancárias utilizadas e a legislação que regula o funcionamento destes estabelecimentos. Observou-se que a sustentabilidade se faz necessária nas novas edificações, principalmente nas de uso comercial, contribuindo para minimizar os impactos causados pela construção civil, do início da obra até sua ocupação e uso. Além disso, a utilização de uma edificação sustentável para abrigar uma agência bancária se transforma em publicidade positiva, pois demonstra a preocupação da instituição financeira em preservar o meio ambiente para as gerações futuras.

Palavras-chave: Instituições financeiras. Agência bancária. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o desenvolvimento da pesquisa para fundamentar a elaboração de uma proposta de uma agência bancária planejada arquitetonicamente de acordo com a necessidade do setor bancário,

levando em consideração a funcionalidade da edificação. A proposta inclui a aplicação da arquitetura sustentável, visando contribuir com a questão da responsabilidade ambiental.

Os objetivos almeçados foram de pesquisar sobre os temas que serão abordados durante o desenvolvimento do estudo, buscando reunir dados, informações e conceitos que venham a colaborar com o projeto.

Inicialmente, foi elaborada uma revisão bibliográfica, onde se buscou resgatar historicamente a origem das instituições bancárias, trazendo sua evolução desde os povos da antiguidade até os dias atuais, a arquitetura bancária brasileira, destacando as principais correntes arquitetônicas, a legislação e normatização acerca da segurança das agências bancárias e sobre a sustentabilidade, enfatizando técnicas e materiais utilizados nas edificações sustentáveis. Foram realizados estudos de caso de agências bancárias, onde foi possível analisar as principais características das agências bancárias estudadas.

Este artigo justifica-se por propor um estudo para uma edificação arquitetonicamente condizente com a sua função e que possua características integradas com o atual cenário econômico financeiro, e com tipologia adequada ao setor, edificada com técnicas construtivas sustentáveis.

Para tanto, este trabalho divide-se em cinco capítulos, onde no primeiro capítulo, são abordados o problema e os objetivos. No segundo capítulo, há o referencial teórico, onde foram abordadas questões referentes à origem dos bancos, a legislação e a arquitetura bancária. O terceiro capítulo traz informações sobre os procedimentos metodológicos adotados. A análise dos resultados faz parte do quarto capítulo. No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A ORIGEM DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Apesar da origem da instituição bancária ser datada entre a Idade Média e o Renascimento, a atividade bancária é muito mais antiga. Diversos

povos da antiguidade já possuíam o comércio como atividade em ascensão, e utilizavam-se de mecanismos de venda, troca, e guarda de mercadorias. Esses mecanismos surgiram e se desenvolveram acompanhando a evolução comercial e suas necessidades, desde a simples troca de bens até a era do crédito.

A atividade de emprestar dinheiro com a obtenção de lucro, por meio da cobrança de juros, era desaprovada pela Igreja Católica durante a Idade Média, fazendo com que os cristãos não a exercessem, fato que explica a ascensão dos judeus neste ramo. Durante a época das Cruzadas, os mosteiros e templários financiavam expedições e gastos com a manutenção de exércitos, porém, esse tipo de atividade era considerado pela Igreja como uma atividade religiosa, e não econômica (STRÖHER, 1999).

Com o fim do feudalismo e as expansões comerciais por meio das expedições marítimas, houveram significativas mudanças na política e economia, e ambas tornaram-se cada vez mais globais. Essa transição foi preponderante para o enriquecimento dos pequenos mercadores de moeda e crédito, considerados como os primeiros a exercerem a atividade bancária propriamente dita.

Na Itália renascentista, devido às práticas bancárias, principalmente através do empréstimo de crédito com objetivo principal na cobrança de juros, famílias formavam grandes fortunas, como os Médici, Pazzi e Peruzzi (STRÖHER, 1999). Isso somente foi possível devido ao novo cenário comercial, em que as negociações entre os mercadores e os comerciantes se intensificavam cada vez mais.

O fortalecimento das casas bancárias familiares (particulares) foi seguido pelo surgimento de bancos públicos, destinados a atender às necessidades monetárias dos estados. Para Ströher (1999), a Revolução Comercial do século XV foi a principal responsável pela consolidação da atividade bancária, onde algumas das operações iniciadas na época perduram até os dias de hoje, como a letra de câmbio, o desconto de títulos, a compensação de documentos, etc.

A partir de 1700, o centro financeiro europeu se transfere para Londres, devido ao fortalecimento comercial inglês. Para Ströher (1999), a capacidade de acúmulo de riquezas para posterior investimento, fato marcante do sistema financeiro, foi um dos principais possibilitadores da Revolução Industrial. Isso justifica o porquê do estabelecimento bancário incorporar-se perfeitamente ao cotidiano econômico, desde a Revolução Industrial até os dias de hoje.

2.2 O PRÉDIO BANCÁRIO

Conforme Almeida (1995), o termo banco tem origem italiana, significando a mesa em que os cambistas realizavam as suas operações monetárias. Até o século XVII, a atividade bancária não demandou nenhuma necessidade na existência de um edifício específico para que se desenvolvesse. Somente após, o edifício bancário aparece na cena arquitetônica.

Os babilônicos utilizavam-se dos templos para as transações financeiras. Para eles, os templos babilônicos conservavam os bens sagrados. Os sacerdotes realizavam depósitos, empréstimos e pagamentos, além de administrar bens de viúvas e órfãos. Da mesma forma, na Grécia, os primeiros banqueiros foram os sacerdotes, e as atividades realizadas nos templos (os mais famosos foram os de Atenas, Delfos, Delos e Olímpia). A reunião de grande número de pessoas em torno dos templos era fundamental ao comércio financeiro. Lá, os sacerdotes gregos realizavam operações de crédito, depósitos, e de câmbio (STRÖHER, 1999).

Durante o período feudal, o comércio se desenvolveu precariamente, sob o controle absoluto que a Igreja exercia em relação às atividades que de alguma forma proporcionavam remuneração (lucro). As principais atividades relacionadas aos atos bancários eram praticadas nos mosteiros, pelos monges, e pelos templários, que financiavam expedições e gastos com exércitos durante as Cruzadas entre a Europa e a Terra Santa (STRÖHER, 1999).

Na Itália, mesmo quando a atividade bancária assume um papel mais capitalista, não houve a necessidade de uma edificação específica para que ela acontecesse. Ao final do século XIV, surgem as loggias, que foram espaços

improvisados para a execução de determinadas atividades comerciais, incluindo a atividade bancária. Mais tarde, estas atividades foram sendo transferidas naturalmente para a residência dos banqueiros daquela época, e passaram a ser exercidas juntamente com outras atividades comerciais. (STRÖHER, 1999).

Com o passar do tempo, as famílias italianas passam a exercer diversas atividades comerciais, tornando este exercício incompatível com a função residencial e com os espaços disponíveis no palácio renascentista. Criam-se assim, os estabelecimentos comerciais, trazendo o palácio renascentista como matriz para essas novas edificações, em parte por consolidar a imagem da nova classe social dominante, e também por transmitir segurança e confiabilidade imprescindível aos negócios (STRÖHER, 1999).

É a partir dessa crescente evolução bancária italiana, que se podem encontrar as primeiras referências ao prédio bancário. Segundo Argan (1983 apud Ströher, 1999), os primeiros prédios bancários são derivações adaptadas do palácio renascentista, definido como a primeira tipologia de banco edifício, visando unicamente atender às necessidades que a atividade bancária passou a requerer, como um ambiente mais restrito e sigiloso. Portanto, o banco se separa da casa do banqueiro não havendo a criação de uma nova tipologia de edifício, mas sim, a adaptação de algo que já estava em uso.

Após a Revolução Comercial (período que ficou conhecido como a efetivação do sistema capitalista e que criou as condições necessárias para originar a Revolução Industrial), e da migração do centro comercial europeu para as principais cidades portuárias, o prédio bancário busca por novos modelos arquitetônicos, com vistas de consolidação da atividade bancária e sua importância para a sociedade.

Nos Estados Unidos, conforme Ströher (1999), o setor bancário foi o principal mecenas da arquitetura do século XX, onde pode-se perceber grande influência modernista na arquitetura bancária após a crise de 1930. No pós guerra, os prédios bancários norte americanos, principalmente os

edifícios sede das instituições financeiras, são fortemente influenciados pelo Estilo Internacional.

Devido à sua atividade estar estritamente ligada aos fatores econômicos, o setor bancário enfrentou diversos percalços causados pelas instabilidades políticas e econômicas ocorridas entre o final do século XX e início do século XXI, refletindo na expansão e retração do mercado financeiro. Devido a essa dinâmica do mercado capitalista, a arquitetura bancária também sofreu com as oscilações onde, por vezes, utilizaram-se os modelos arquitetônicos disponíveis, fugindo aos estilos predominantes.

2.3 A NATUREZA DO EDIFÍCIO BANCÁRIO

Desde a aparição propriamente dita do edifício bancário, sempre procurou-se que com sua arquitetura, fossem traduzidas as intenções relacionadas à natureza da sua existência, das atividades exercidas e do público ao qual se dirigia. Foi devida a sua tipologia que observam-se as fases que o prédio bancário atravessou, assim como a sua evolução.

Considerado como o marco inicial do prédio bancário, no Renascimento havia a preocupação de que o palácio renascentista funcionasse como um modelo hermético às atividades bancárias, modelo esse que se estenderia por vários séculos. A formatação arquitetônica do banco apresentava-se como a de uma edificação fechada, protegida e imponente, justamente para ocultar as atividades, riquezas e pessoas que ali frequentavam. Tratava-se do modelo primário de edificação bancária.

Mais tarde, o prédio bancário representado a imagem dos cofres fortes com as suas linhas maciças e pesadas, preocupava-se em demonstrar segurança e intransponibilidade, estando localizado nas áreas centrais das cidades, estabelecendo-se como um marco, um monumento nas paisagens urbanas das principais cidades em desenvolvimento (STRÖHER, 1999).

Nos anos mais recentes, apesar da resistência em se alterar a imagem clássica dos prédios bancários, houve uma tendência em romper com a arquitetura austera, imponente e solene. A imagem de status social elevado estava fortemente vinculada às expressões formais e artísticas da arquitetura

bancária existente, e devido a isso, a oposição às mudanças na arquitetura do edifício que melhor simbolizava o poder foi mais forte. Segundo Ströher (1999), esse processo lento foi gradativamente dando acesso a arquitetura moderna, trazendo a simplificação, a leveza e o avanço das técnicas construtivas e dos novos materiais. Esse rearranjo na arquitetura bancária resultou em uma quebra de paradigmas em relação ao seu público.

Com isso, as agências bancárias tornaram-se locais movimentados, onde multidões tinham acesso aos novos serviços bancários que tinham como público alvo uma parcela da população nunca antes explorada. Essa democratização bancária é reflexo da nova arquitetura bancária em expansão, seus novos prédios com ambientes receptivos e amigáveis não tem mais por objetivo impressionar, e sim atrair clientes.

2.4 A ARQUITETURA BANCÁRIA BRASILEIRA

Com a transferência da família real portuguesa para o Brasil ocasionou uma série de mudanças significativas no início do século XIX. A criação do Banco do Brasil, em 1808, é um marco na história bancária nacional. Inicialmente, sua principal finalidade era de financiar o Estado e suas despesas, atendendo às necessidades financeiras do governo, mas atuava também para facilitar as transações financeiras dos negociantes, sempre administrado por pessoas indicadas pelo rei D. João VI. (STRÖHER, 1999). Apesar da sua fundação, os primeiros edifícios ocupados pela instituição foram prédios comerciais já existentes, adaptados precariamente para a atividade bancária. Parte desses edifícios eram característicos da arquitetura colonial, e parte do período neoclássico. Porém, nenhuma dessas correntes arquitetônicas ficaram evidenciadas no edifício bancário propriamente dito.

Somente ao final do século XIX surgem os primeiros prédios bancários, com forte influência do ecletismo europeu, cuja permanência pode ser observada em boa parte do início do século XX. O melhor exemplo disso é o prédio construído especificamente para abrigar a sede do Banco do Brasil no Rio de Janeiro. Segundo Ströher (1999), o prédio foi projetado por Luís Schreiner e teve a sua construção iniciada em 1892 e finalizada em 1897.

Fica evidente que o grande patrocinador da arquitetura brasileira desse período é o Estado, contribuindo com obras arquitetônicas significativas em que se destaca a Arquitetura Moderna. Essa fase da Arquitetura Moderna Brasileira ficou internacionalmente conhecida como Escola Carioca, tendo seu apogeu entre as décadas de 30 e 50.

Na década de 60, durante o governo do presidente Médici, várias medidas que estabilizaram a economia brasileira propiciaram um crescimento econômico rápido. Este período conhecido como o milagre econômico brasileiro (1969 – 1973), propiciou a explosão bancária, onde o crescimento financeiro foi responsável pela expansão da rede bancária por todo o território nacional (PETROLI, 2014). Sendo assim, quando houve a explosão bancária, as instituições financeiras se utilizaram da arquitetura disponível para concretizar o aumento do número de agências.

O Brutalismo Paulista, movimento que sucedeu a Arquitetura Moderna Brasileira, assumiu características formais próprias, afirmando-se como corrente arquitetônica distinta e reconhecida, tendo origem nos anos 60, e se estendendo pelas décadas vizinhas. Comas (apud Ströher, 1999) interpreta o Brutalismo como a utilização da rudeza do material aparente (concreto) com a monumentalização da estrutura na geração do edifício, gerando uma estética diferente, a da construção inacabada.

Diversos bancos chegaram, na época, a criarem equipes específicas de arquitetos para o desenvolvimento dos projetos e atender à demanda de novas agências criadas com a explosão bancária. Este período de crescimento econômico e financeiro se estendeu até a década de 80, onde iniciou seu declínio. Nos anos seguintes, a economia brasileira enfrentou novos problemas, o que causou o desaquecimento financeiro e, conseqüentemente, a estagnação da arquitetura bancária. Da mesma forma o Brutalismo, que no final do anos 70 já apresentava uma decadência principalmente de linguagem.

2.5 LEGISLAÇÃO BANCÁRIA BRASILEIRA

Segundo a legislação bancária brasileira (diferente de legislação financeira), são observados itens que promovam a segurança das agências, tanto para seus clientes e funcionários como para os itens de valor que ali estão guardados.

A lei nº 7.102 de 20 de junho de 1983 destina-se a esclarecer a respeito das questões de segurança dos estabelecimentos financeiros. Conforme a lei, fica vedado o funcionamento do estabelecimento bancário onde haja guarda e movimentação de valores que não disponha de itens de segurança de acordo com o estabelecido pelo Ministério da Justiça (BRASIL, 1983).

O Plano de Segurança Bancária é um documento elaborado no início da atividade do ponto (agência) da instituição financeira e apresentado à Polícia Federal e deve apresentar no mínimo três dispositivos de segurança, sendo que a presença de vigilantes armados e sistema de alarme são itens obrigatórios. Segundo a Polícia Federal (2016), são considerados itens de segurança que compõem o Plano de Segurança: circuito fechado de monitoramento, portas giratórias detectoras de metal e equipamento de retardo instalado na porta do cofre. A infração dessas medidas pode ocasionar advertência, multa ou a interdição do estabelecimento.

O projeto também deve ser encaminhado para análise, onde a Secretaria de Segurança Pública do estado encaminhará seu parecer ao Banco Central do Brasil que autorizará ou não o seu funcionamento, de acordo com o atendimento dos requisitos de segurança indispensáveis. O projeto deverá possuir tratamento adequado quanto à visibilidade das áreas mais vulneráveis e principais acessos de pessoas. No projeto paisagístico (caso haja), também deverá ser observada a questão da segurança do perímetro. A iluminação interna e externa deve ser eficiente nos períodos noturnos e diurnos, de modo que não sejam criadas áreas de sombra que venham a pôr em risco a segurança patrimonial e pessoal.

Deverão ser observados os dispositivos de segurança, considerando os sistemas que melhor se adequem ao projeto, possibilitando sua manutenção sem riscos. As funções de iluminação e ventilação natural precisam ser determinadas em razão do não comprometimento da segurança do edifício.

Conforme a Lei Federal nº 10.098 (2000), a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos destinados ao uso coletivo devem ser acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

2.6 EDIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL

Corbella (2003) define edificação sustentável como aquela que considera seu impacto sobre a saúde ambiental e humana, e realiza ações para diminuí-lo.

As chamadas edificações de alto desempenho possuem critérios rigorosos de avaliação de desempenho. Seu foco principal é sobre seus impactos no meio ambiente e no meio social.

Durante a concepção do projeto, devem ser levados em consideração as condicionantes locais e o programa de necessidades, funcionando como elementos norteadores do edifício sustentável. São eles que definirão as potencialidades e as limitações relacionadas ao desenvolvimento do projeto, listando todos os itens vinculados que devem ser observados para atender aos parâmetros de funcionalidade da edificação.

O uso racional da água também gera economia, pois a reciclagem da água (reaproveitamento) e a utilização das águas das chuvas tem por objetivo a economia deste recurso, reduzindo o volume de consumo de água tratada. A água reciclada pode ser utilizada para o vaso sanitário e a limpeza externa. A água da chuva pode ser utilizada para a limpeza interna e regar plantas. A água potável somente deve ser utilizada para consumo humano (beber, cozinhar e higiene pessoal).

Portanto, fica evidenciado que a arquitetura sustentável vai muito além dos limites da edificação, criando benefícios econômicos e sociais atrativos para o contínuo desenvolvimento da sustentabilidade como meio fundamental de atender às necessidades presentes sem comprometer o futuro.

2.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico adotado foi por meio de estudos de caso, por proporcionar grande número de informações e possibilitar a análise de uma situação de forma mais abrangente. Conforme Yin (2001, apud CALIXTO, 2009), os estudos de caso procuram investigar um fenômeno dentro de um determinado contexto, pois permite identificar e compreender o funcionamento muito próximo da sua totalidade. Para tanto, foram analisadas as agências bancárias Banco Bradesco Praça Panamericana e BankBoston, ambas em São Paulo (SP).

2.8 PROPOSTA PARA O ANTEPROJETO

A escolha do terreno se deu principalmente em função da sua localização no centro da cidade de Chapecó (SC), por nesta área estarem localizadas as agências centrais de algumas instituições financeiras como o Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa. A área escolhida está localizada na esquina da Avenida Fernando Machado e Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Encontra-se inserida na Área Urbana Central (AUC) que, conforme o Plano Diretor de Chapecó (2014), são formadas por áreas urbanas centrais com melhor atendimento de infraestrutura, serviços públicos e pelas oportunidades geradas pela urbanização, apresentando alta densidade de edificações e maior concentração de atividades econômicas. Assim, entende-se que o terreno possui diversas características que contribuem positivamente para a implantação de uma agência bancária.

Atualmente, o mercado financeiro movimenta recursos em larga escala, ultrapassando as fronteiras entre países e continentes. E cada vez mais pessoas estão atentas às movimentações do mercado, procurando boas oportunidades e opções de investimentos que tragam retornos satisfatórios aos investidores. Tomam decisões analisando números e gráficos, comparando taxas e preços, buscando informações para melhor compreender o complexo sistema financeiro e econômico.

Ao se tornar cliente de um banco, a pessoa busca por conhecer aquilo que está contratando, quais as cláusulas e todos os itens inclusos nos serviços

e produtos. Portanto, quanto maior a transparência entre o banco e seus clientes, maiores são as chances de uma relação mais benéfica e duradoura.

O partido adotado foi inspirado no gráfico de barras, pois se trata de um símbolo universalmente conhecido, que representa em forma de imagem o desempenho de qualquer tipo de análise, sendo amplamente utilizado pelos mercados econômicos e financeiros.

Por se tratar de uma agência bancária, a representação desta simbologia por meio das suas formas busca por exprimir de forma bastante compreensível o significado de sua existência, pois se trata de um local que representa fisicamente o setor financeiro e todas as suas características. A diferença entre os volumes dá movimento às fachadas e representa a movimentação do mercado financeiro. O uso do vidro como material de fechamento em algumas fachadas busca representar a transparência nas negociações entre banco e clientes.

A sustentabilidade tem sido um tema bastante abordado durante os últimos anos, pois se faz necessária a sua implementação nas novas edificações, principalmente nas edificações de uso comercial, contribuindo para minimizar os impactos causados pela construção civil, desde o início da obra até a sua ocupação e uso. Além disso, a utilização de uma edificação sustentável se transforma em marketing positivo, pois demonstra a preocupação da instituição financeira em preservar o meio ambiente para as gerações futuras.

3 CONCLUSÃO

A pesquisa procurou reunir informações que viessem a colaborar com a proposta de um anteprojeto arquitetônico sustentável de uma agência bancária para a cidade de Chapecó (SC), atendendo aos objetivos inicialmente propostos.

Este estudo demonstrou que, em virtude da explosão bancária ocorrida nas décadas de 60 e 70, houve uma grande expansão da rede bancária pelo interior do país, visando atender à demanda econômica vivenciada na

época. Isso gerou um legado de agências bancárias que, em virtude do grande avanço tecnológico ocorrido no meio financeiro, tornaram-se obsoletas em relação ao exercício das atuais atividades bancárias.

Portanto, a ideia de projetar uma agência bancária surgiu da percepção do autor em relação às necessidades atuais que as atividades exercidas no setor bancário requerem. A utilização de técnicas arquitetônicas sustentáveis visa contribuir para uma edificação condizente com as atuais necessidades da arquitetura, criando benefícios econômicos e sociais atrativos para o contínuo desenvolvimento da sustentabilidade como meio fundamental de atender às necessidades presentes sem comprometer o futuro.

Em virtude do escasso material bibliográfico que versa sobre a arquitetura bancária, este artigo ficou limitado à discussão de poucos autores sobre o assunto. Para trabalhos futuros, recomenda-se um estudo voltado para agências bancárias de pequeno porte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maristela Moraes de. Análise das interações entre o homem e o ambiente – estudo de caso em agência bancária. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.

ASBEA. Guia sustentabilidade na arquitetura: diretrizes de escopo para projetistas e contratantes/Grupo de Trabalho de Sustentabilidade. São Paulo: Prata Design, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Lei 7.102 de 20 de junho de 1983. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7102.htm>. Acesso em: 29 maio 2016.

_____. Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 29 maio 2016.

CALIXTO, Laura. Estudos de caso sobre custos ambientais: ênfase nos procedimentos metodológicos. RAM – Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 10, n. 2. p. 87–109, mar./abr. 2009.

CORBELLA, Oscar; YANNAS, Simos. Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos – conforto ambiental. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativa Populacional em 2015. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 2 mar. 2016.

PETROLI, Marcos Amado. A avis rara do arquiteto Jorge Debiagi: uma análise sobre a influência brutalista em duas de suas obras bancárias. X Seminário DOCOMOMO Brasil – Arquitetura Moderna e Internacional: conexões brutalistas 1955-75. Curitiba, 2013.

POLÍCIA FEDERAL. Plano de Segurança Bancário. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos/seguranca-privada/servicos/plano-de-seguranca-bancaria>>. Acesso em 11 abr. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. Plano Diretor De Chapecó de 2014. Disponível em: <<http://chapeco.sc.gov.br>>. Acesso em: 20 de mar. de 2016.

ROVER, Ardinete; PEREIRA, Débora Diersmann Silva. Diretrizes para elaboração de trabalhos científicos. 1. ed. Joaçaba: Unoesc, 2013.

SEBRAE/SC. Santa Catarina em números: Chapecó/SEBRAE/SC. Florianópolis: SEBRAE/SC, 2013.

SERRADOR, Marcos Eduardo. Sustentabilidade em arquitetura: referências para projeto. Dissertação (mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

STRÖHER, Ronaldo de Azambuja. As transformações na tipologia e no caráter do prédio bancário em meados deste século. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

USTÁRROZ, Larissa. Trabalho bancário, arquitetura dos espaços de trabalho e subjetividade. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola de

administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

Sobre o(s) autor(es)

* Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC 2016.
vini_bonan@yahoo.com.br

** Arquiteta e Urbanista, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNOESC Campus de Xanxerê e UNOESC Campus de Chapecó, especialista em Master em Arquitetura e Mestranda em Administração pela UNOESC.
thairis.granzotto@unoesc.edu.br